

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA: UM OLHAR SOBRE UM LIVRO DIDÁTICO A PARTIR DA LEI 10.639/2003

JÉSSICA SILVA SANTOS

RESUMO

O presente artigo versa fazer uma breve discussão em relação à História da África e dos afrodescendentes no livro didático de História, este estudo teve como parâmetro a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório a inserção da história da África nas escolas de ensino básico. Para isso, foi necessário que os livros didáticos se adaptassem à nova demanda, inserindo um capítulo específico sobre o tema. No entanto, mesmo após anos da promulgação da lei, muitos livros didáticos ainda reproduzem diversos estereótipos, anacronismos e ideias de senso comum. Sem contar que, geralmente o tema África é pouco explorado, se comparado ao conteúdo relacionado à Europa e América. Repensar essa diferença em relação ao conteúdo dos livros didáticos é ainda mais importante quando pensamos em como ele pode ser visto enquanto representação de uma verdade, estando envolvido diretamente com as relações de poder e dominação de determinado grupo social. É importante dizer que a incorporação da disciplina História da África nos currículos escolares, e, portanto, a sua inserção nos livros didáticos, possibilita aos professores uma importante ferramenta didática; e para os estudantes, um material que pode ou não contribuir para desmistificar temas, desconstruir estereótipos e preconceitos. Por isso a importância de se analisar os conteúdos sobre o tema. Para a efetivação da lei 10,639/03 foi necessário que os livros didáticos se adaptassem às novas exigências, inserindo um capítulo específico sobre o continente africano e suas culturas, especificamente a região subsaariana, onde prevalecem as culturas e civilizações dos povos de cor negra. No entanto, passados dez anos da lei, muitos livros didáticos ainda reproduzem diversos estereótipos, anacronismos e ideias de senso comum. Sem contar que geralmente o tema África é ainda pouco explorado, se comparado ao conteúdo relacionado à Europa e América. Ele possibilita ainda a articulação de outras formas de linguagem além da escrita que podem oferecer ao estudante maior autonomia diante das possibilidades do conhecimento. Figuras ilustrativas, mapas, indicações de filmes, charges, histórias em quadrinhos, etc. Tudo isso pode contribuir para o aprendizado do aluno.

Palavras-chaves: Lei 10.639/03, Livro Didático, Ensino de História.

INTRODUÇÃO

O presente artigo teve como objeto fazer uma breve discussão em relação à história da África no livro didático de História, que versa sobre a inclusão da história da África nos currículos escolares.

Para a efetivação da lei 10,639/03 foi necessário que os livros didáticos se adaptassem às novas exigências, inserindo um capítulo específico sobre o continente africano e suas culturas, especificamente a região subsaariana, onde prevalecem as culturas e civilizações dos povos de cor negra. No entanto, passados dez anos da lei, muitos livros didáticos ainda reproduzem diversos estereótipos, anacronismos e ideias de senso comum. Sem contar que geralmente o tema África é ainda pouco explorado, se comparado ao conteúdo relacionado à Europa e América.

Diante disso, buscou-se analisar o livro didático de Alfredo Boulos, especialmente os capítulos onde trata sobre o continente africano (inclusive Egito e Núbia antigos), observando o texto, as imagens, as atividades propostas, a quantidade de páginas em comparação aos conteúdos relacionados a outros continentes. Mas principalmente, tentou-se analisar a forma como o conteúdo possibilitaria ou não a compreensão dos alunos sobre o passado e presente daqueles povos e suas culturas.

É importante dizer que a incorporação da disciplina História da África nos currículos escolares, e, portanto, a sua inserção nos livros didáticos, possibilita aos professores uma importante ferramenta didática; e para os estudantes, um material que pode ou não contribuir para desmistificar temas, desconstruir estereótipos e preconceitos. Por isso a importância de se analisar os conteúdos sobre o tema.

Entre autores que contribuíram para a conclusão deste trabalho, Anderson Ribeiro de Oliva (2003) afirma que houve muitas dúvidas na época da criação da Lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino de História da África e dos afrodescendentes; afinal, como ensinar algo que não se sabe? O autor também observa que devemos voltar mais nosso olhar para a África, a fim de obtermos maior compreensão da relação entre o Brasil e aquele continente.

Segundo o autor, até 2003 (ano em que publicou seu artigo), o que se percebia, tanto nas produções acadêmicas, quanto nos manuais didáticos para o ensino básico, era um silêncio referente à História e cultura africanas, seja no campo historiográfico ou no ambiente escolar, pois os assuntos estudados mantinham-se restritos à visão eurocêntrica.

No entanto, como afirma Osvaldo Cerreser (2015), desde a promulgação da lei, a história da África passou a ser inserida na grade curricular de diversas universidades (ainda que timidamente) e, por conseguinte, aumentou significativamente as produções acadêmicas dentro desta temática.

Também por conta da Lei, os livros didáticos passariam a inserir um capítulo específico sobre a história e culturas africanas afro-brasileiras, trazendo pela primeira vez a possibilidade de o aluno (e professor) conhecer mais de perto o continente africano em suas múltiplas culturas, bem como o legado deixado por esses povos em nosso país ao longo dos séculos.

A LEI 10.639/2003 E OS DESAFIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA

A escola é um ambiente que tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e democrática que se concretiza pela ação educativa. O que faz o trabalho do educador complexo e importante. A sala de aula é um lugar de construção, de reconstrução e de compartilhamento de cultura.

Neste sentido, considera-se que ainda há muito que mudar no ambiente escolar. Grandes desafios ainda se apresentam; entre os quais, temas que teimam em serem excluídos dos currículos, especialmente aqueles ligados às chamadas “minorias”, no caso específico deste trabalho: as histórias e culturas africanas e afro-brasileiras.

Diante disso, seria imprescindível ao professor trazer à tona o imaginário social dos alunos em relação às diferenças culturais, especialmente às de matrizes africanas, como forma de suscitar o debate e, dessa forma, juntamente com os temas apresentados em sala, a partir do que propõe a Lei 10639/2003, possibilitar a desconstrução dos mais diversos preconceitos.

De fato, esta lei representa um marco importante para aqueles que vêm há anos tentando inserir conteúdos específicos sobre a história da África e suas múltiplas culturas, e não apenas relacionar aquele continente e seu povo à escravidão, fome, pobreza, “atraso” e doenças. Desde a Constituição Federal de 1988, a preocupação com um ensino diverso já era sinalizado. Em 1997/98, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a temática da Pluralidade Cultural tornou-se peça-chave, sendo um dos Temas Transversais. Assim, dizem os PCNs que o currículo escolar tem como obrigação:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (BRASIL, 1998, p. 7)

No entanto, foi com a Lei 10.639/2003 que o tema sobre pluralidade cultural pôde finalmente ser direcionado especificamente ao ensino de história da África e cultura afro-brasileira, tornando obrigatório o ensino deste conteúdo nas escolas. Em 2008, a Lei 11645 acrescentaria a história dos povos e culturas indígenas ao currículo escolar.

É preciso dizer que toda esta trajetória e conquistas não teriam ocorrido sem as lutas de intelectuais ligados a essa temática nas universidades. Mas, sobretudo, sem a participação dos movimentos negros, que sempre lutaram para que os brasileiros de origem africana tivessem sua representatividade assegurada nos livros didáticos. Não apenas como pessoas escravizadas, mas como produtores de culturas diversas, resultado das ações de seus antepassados no continente africano. A partir da Lei 10639/03, a África começaria, mesmo que a passos lentos, ser (re)descoberta nas escolas, tendo como principal ferramenta pedagógica os livros didáticos, que passaram a ter um capítulo específico sobre o continente.

Desse modo, em seu Art. 1º, a Lei 10.639/03 narra que:

A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003).

Após a criação da lei, o conteúdo de História da África e dos africanos torna-se obrigatório nos estabelecimentos escolares brasileiros. Desse modo, a África e os africanos (assim como os indígenas) passariam finalmente a ser representados pelos manuais didáticos, como já acontecia com as culturas de origem europeia. Uma conquista importante. Afinal, na sala de aula temos alunos variados e com manifestações culturais diversas.

Promulgada a lei 10639 em 2003, inicia-se uma nova etapa de trabalhos a serem feitos e obstáculos a serem superados. Afinal, se de um lado a legislação possibilitaria novas oportunidades aos alunos em geral conhecerem mais a fundo o continente africano em suas múltiplas culturas, oferecendo ao jovem negro a chance de conhecer seus antepassados; de outro lado, professores ainda mantinham-se despreparados em relação ao conteúdo, já que nunca haviam tido contato com ele, seja na Graduação, seja nos livros didáticos.

Segundo Osvaldo Mariotto Cerezer (2015, p.18) após a promulgação da lei 10639, houve uma sensível necessidade de mudanças teóricas e políticas na formação inicial dos professores, bem como nos currículos escolares e nas práticas dos professores formadores.

Além disso, diz o autor, foi preciso criar e efetivar políticas afirmativas com objetivo de criar cursos de formação continuada, para que assim pudesse “atender a demanda de formação para temáticas pouco conhecidas e, muitas vezes, silenciadas e/ou ignoradas” (CERESER, 2015, p.18).

Cereser diz ainda que, com esta revisão curricular e de formação, visando a valorização da história dos negros na sociedade brasileira, fez-se necessário que houvesse mudanças também nos conhecimentos dos educadores em relação à história e cultura afro-brasileira (e indígena). E não menos importante, foi preciso repensar seu modo de pensar e de agir sobre a condição destes povos no contexto histórico brasileiro.

Sendo assim, diz Cereser (2015, p.19), os educadores passaram a se encontrar em meio a desafios relacionados aos currículos, cursos e manuais didáticos, fazendo com que houvesse um gradual rompimento de um velho conceito que existia sobre aqueles sujeitos.

Neste sentido, como trabalhar um conteúdo que até então era ignorado, não só em sala de aula, mas por toda a sociedade, se os próprios manuais didáticos permaneciam desatualizados, sem qualquer conteúdo específico sobre culturas africanas. Era preciso, portanto, atualizá-los à nova demanda.

Entretanto, esta deficiência ainda se manteria anos depois da promulgação da lei em diversos manuais didáticos. O processo de adequação ao texto da Lei 10639, bem como ao das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, promulgada em 2004, foi lento, mas necessário. Afinal, com a Lei em vigor, escolas, universidades, editoras e professores tiveram que se adaptar à nova realidade, pois ali nascia um novo grande desafio.

Como bem lembra Osvaldo Cereser (2015), os cursos de Graduação em História demoraram a inserir disciplinas específicas à História da África. Muitas permanecem até hoje sem esta disciplina em sua grade. No antigo modelo, os conhecimentos sobre o continente africano eram apresentados juntamente com os demais conteúdos. Geralmente resumindo tudo ao contato com europeus durante o Comércio Triangular Colonial ou ao tráfico de escravos. Quando se falava de cultura africana, muitas vezes era de forma equivocada ou estereotipada. Por muito tempo, a África foi representada como o lugar dos escravos, da fome, dos conflitos étnicos, da pobreza.

Sobre este assunto, segundo Anderson Ribeiro Oliva, o que prevalecia era:

Silêncio, desconhecimento e representações eurocêntricas. Poderíamos assim definir o entendimento e a utilização da História da África nas coleções didáticas de História no Brasil. Das vinte coleções compulsadas pela pesquisa, apenas cinco possuíam capítulos específicos sobre a História da África. Nas outras obras, a África aparece apenas como um figurante que passa despercebido em cena, sendo mencionada como um apêndice misterioso e pouco interessante de outras temáticas. Tornou-se evidente também que, quando o silêncio é quebrado, a formação inadequada e a bibliografia limitada criam obstáculos significativos para uma leitura menos imprecisa e distorcida sobre a questão. Percebemos então, que a tarefa de análise de manuais didáticos exigiria não apenas um conhecimento considerável acerca da História e da historiografia africanas. Seria preciso fazer uso de outro suporte de análise, que permitisse o entendimento de como esses livros influenciaram a construção das distorções e simplificações elaboradas sobre a África e apropriadas por milhares de alunos e professores naquele Continente, no Brasil e em Portugal. (OLIVA, 2003, p.429)

Este silêncio historiográfico, segundo o autor, resultaria em outra ausência: a África enquanto lugar de milhares de povos distintos, com culturas distintas, berço dos antepassados de muitos brasileiros, incluindo muitos alunos e professores. Mas como ensinar o que não se conhece? Assim como Cereser, Anderson Oliva observa que:

Muitos professores formados ou em formação, com algumas exceções, nunca tiveram, em suas graduações, contato com disciplinas específicas sobre a História da África. Soma-se a esse relevante fator a constatação de que a grande maioria dos livros didáticos de História utilizada nesses níveis de ensino não reserva para a África espaço adequado, pouco atentando para a produção historiográfica sobre o Continente. (OLIVA, 2003, p. 421)

Como podemos ver, para Oliva, a má preparação dos professores, somado ao preconceito da nossa sociedade e ao descaso das editoras, contribuiu e muito para a ausência do Continente Africano nas escolas, disseminando ainda mais o desinteresse com esses povos e suas culturas. Como dito acima, Oliva também questiona: “como ensinar algo que não se sabe?”. Ou seja, como o professor poderá falar sobre um conteúdo se não tiver nenhum conhecimento sobre o continente, sua história, seus povos, suas culturas.

O risco aumenta ainda mais quando os livros didáticos, após a inclusão de um capítulo específico sobre África, também reproduza estereótipos, como bem observou o autor ao analisar o livro didático de Mario Schmidt, “Nova história crítica”, voltado para a sexta série do ensino fundamental/1999, em seu artigo publicado em 2003, mesmo ano da Lei 10639¹.

¹ Falarei deste assunto a seguir.

1.1 Considerações sobre o livro didático a partir da Lei 10639/2003

Conforme diz Circe Bittencourt, os educadores costumam se posicionar de várias formas a respeito do livro didático. Há quem os aceitam e quem os critique. No entanto, independente da escolha, o livro didático continua sendo o referencial básico para professores, pais e alunos. Todos os anos, no início do calendário letivo, “as editoras continuam colocando no mercado uma infinidade de obras, diferenciadas em tamanho e qualidade” (BITTENCOURT, 2012, p.71).

A autora cita ainda que as avaliações feitas por alguns pesquisadores sobre a produção didática também resultaram em conclusões diversas, “sendo ainda um objeto de estudo cujo enfoque e abordagem variam conforme o campo de investigação”.

Essas divergências entre analistas do livro didático, diz Bittencourt, revelam que ele é um objeto de “múltiplas facetas” e natureza complexa. E é exatamente por isso que ele se apresenta enquanto uma riquíssima fonte de estudo.

Bittencourt (2012, p.72) enfatiza ainda a importância do livro didático para o educador, pois ele possibilita que se trabalhe com padrões linguísticos e formas de comunicação específicas. Ele oferece estruturas e condições de ensino para professor, por meio de textos, imagens, exercícios, questionários, sugestões de trabalho e outras tarefas que os alunos devem desempenhar. Neste sentido, diz a autora, “os manuais escolares apresentam não apenas os conteúdos das disciplinas, mas como esse conteúdo deve ser ensinado”.

O livro didático, diz a autora, contém textos que auxiliam, ou podem auxiliar, o domínio da leitura escrita em todos os níveis de escolarização, possibilitando o aprendizado a partir duma linguagem mais acessível. E ele possibilita ainda a articulação de outras formas de linguagem além da escrita que podem oferecer ao estudante maior autonomia diante das possibilidades do conhecimento. Figuras ilustrativas, mapas, indicações de filmes, charges, histórias em quadrinhos, etc. Tudo isso pode contribuir para o aprendizado do aluno.

Porém, essa mesma linguagem que pode tornar-se acessível pela simplificação, também pode condicionar a uma limitação na formação intelectual mais autônoma dos alunos. Segundo a autora:

Autores e editores ao simplificarem questões complexas impedem que os textos dos livros provoquem reflexões ou possíveis discordâncias por parte dos leitores. Sua tendência é ser um objeto padronizado, com pouco espaço para textos originais, condicionando formatos e linguagens, com interferências múltiplas em seu processo de elaboração associadas à lógica da mercantilização e das formas de consumo. (BITTENCOURT, 2012, p.73)

Neste sentido, prossegue a autora, o livro didático na vida escolar pode ser um instrumento de reprodução ideológico e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado. Não menos importante, é necessário observar que o livro didático possui vários sujeitos em seu processo, pois o mesmo envolve vários agentes de elaboração. De outro lado, ele passa pela intervenção de professores e alunos que realizam variadas práticas de leitura e trabalho escolar, o que possibilita transformar “este veículo ideológico e fonte de lucro das editoras em instrumento de trabalho mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo”. (BITTENCOURT, 2012, p.73)

Sendo assim, educador deve ter total autonomia e domínio sobre o uso do livro para que possa repassar o que ali está produzido, e também trabalhar toda a sua forma pedagógica, de certo modo que faça com que todos os alunos compreendam. Neste sentido, diz a autora:

Ao se considerar a dimensão das formas de consumo do livro didático, não se pode omitir o poder do professor. Cabe a este, na maioria das vezes, a escolha do livro, e sua leitura na sala de aula é determinada também pelo professor. Os capítulos selecionados, os métodos de leitura grupo ou individual, assim como as tarefas decorrentes da leitura, são opções exclusivas do professor, mesmo quando inseridas e limitadas por projeto pedagógico estipulado pela escola. (BITTENCOURT, 2012, p.74)

No que se refere à incorporação da História da África nos currículos escolares, os livros didáticos passaram a inserir um capítulo específico sobre o tema, buscando facilitar aos alunos e professores o acesso aos conteúdos propostos. Neste sentido, mais uma vez, o livro apresenta-se como a principal ferramenta didática durante as análises e discussões em sala de aula.

Assim como Bittencourt, Anderson Oliva (2003) chama atenção para a possível padronização discursiva e ideológica do Estado e outros setores de poder, especialmente quando se trata de temas que até recentemente eram inexistentes no currículo escolar.

Segundo o autor, se levarmos em consideração a questão de que os livros didáticos são escritos conforme a realidade que o autor (ou autores) está inserido, podemos considerar que esta realidade imaginada é fruto da permanência de uma única história, construída a partir de uma única verdade, a partir dos interesses de alguns únicos personagens. Verdade esta que acaba se reproduzindo e se perpetuando, sendo apropriada inclusive por aqueles que se mantêm invisíveis e/ou silenciados na história ensinada e nos manuais didáticos. Oliva enfatiza ainda que:

Tornou-se evidente também que, quando o silêncio é quebrado, a formação inadequada e a bibliografia limitada criam obstáculos significativos para

uma leitura menos imprecisa e distorcida sobre a questão. Percebemos, então, que a tarefa de análise de manuais didáticos exigiria não apenas um conhecimento considerável acerca da História e da historiografia africanas. Seria preciso fazer uso de outro suporte de análise, que permitisse o entendimento de como esses livros influenciaram a construção das distorções e simplificações elaboradas sobre a África e apropriadas por milhares de alunos e professores naquele Continente, no Brasil e em Portugal. (OLIVA, 2003, p.429-430)

Ao analisar o livro didático de Mario Schmidt, *Nova História Crítica*, Anderson Oliva identifica tanto erros quanto acertos; mas, sobretudo, muitos equívocos relacionados a conceitos e ideias (confusão entre cosmogonia e religião, visões anacrônicas relacionadas à escravidão e a Igreja Católica, etc.). Considerando que o livro analisado – de Schmidt – foi publicado em 1999, podemos refletir se, desde 2003 – ano da publicação do artigo de Oliva – teria havido melhorias no conteúdo sobre história da África, publicado nos livros didáticos, quantitativa e qualitativamente falando. Para tentar responder esta questão, no próximo capítulo será analisado o livro didático de Alfredo Boulos Júnior, *História: Sociedade & Cidadania*, voltado ao primeiro ano do ensino médio, publicado em 2013, dez anos após as considerações de Anderson Oliva.

O LIVRO DIDÁTICO E A HISTÓRIA DA ÁFRICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Anteriormente a Lei 10.639/2003, a abordagem afro-brasileira nos textos didáticos era praticamente nenhuma ou apresentada de forma superficial. No entanto, este silêncio não acontecia apenas nas aulas de História ou outras disciplinas escolares. A África sempre fora retratada de forma preconceituosa, estereotipada ou simplesmente ignorada, não só pelos manuais didáticos, mas em praticamente todos os meios de comunicação.

No Brasil, conforme observa Marli Solange Oliveira (2009), a história dos africanos e afrodescendentes permaneceu durante muito tempo relegada apenas sob a ótica da escravização transatlântica. Era como se a história do negro passasse a existir somente a partir do desembarque de seus ancestrais no Brasil ou na travessia do Atlântico, de dentro dos porões de um navio negreiro.

Por conta disso, a história do negro no Brasil deixou de ser vinculada ao que ocorria na África “ou simplesmente passou a ser desqualificada e desvalorizada juntamente com a história do continente africano contribuindo para visões negativas sobre o continente e, conseqüentemente, sobre todos os negros”. (OLIVEIRA, 2009, p.35)

Sobre este silêncio, Renilson Ribeiro (2007) diz que, embora a historiografia brasileira, atualmente, tenha direcionado para novos horizontes nos estudos sobre a escravidão e a imagem do negro dentro da história do Brasil, e o movimento negro tenha defendido o reconhecimento da história e identidades dos africanos e afro-brasileiros no ensino de História, a representação dos negros nos livros didáticos ainda mantém certa escrita preconceituosa estereotipada. Diz o autor:

Aos negros, nas páginas brancas dos livros didáticos, continua ainda a função de personagem secundário, marginalizado, assistindo a atuação dos grandes sujeitos históricos em cena, na sua maioria brancos ou coadjuvantes dos brancos. Ainda são descritos como submissos, inferiores, exóticos – sujeitos distantes do que se convencionou chamar de sujeito universal: europeu, branco, masculino e cristão. (RIBEIRO, 2007, p.47)

Mas essa imagem negativa, diz o autor, não se limita apenas em substituir um livro “ruim” por um “bom”. É preciso ampliar os horizontes da leitura, criando novas práticas de ler, interpretar e pensar o mundo “para além dos ‘conteúdos corretos’ de forma a-crítica, passiva e entediante”. Talvez assim, diz o autor, a África e outros universos silenciados

“possam povoar o universo de crianças e jovens, para além das linhas das políticas de exclusão – produtora de *identidades prisioneiras*”. (RIBEIRO, 2007, p.51)

Diante disso, conforme observam Raquel de Sousa Andrade, Tarcia Paulino da Silva e Margareth Maria de Melo (2012, p.3), é imprescindível que os professores conheçam e compreendam a história e cultura africana e afro-brasileira para, dessa forma, poderem analisar com mais propriedade os livros didáticos que serão trabalhados em sala de aula. Afinal, dizem as autoras, mesmo sendo uma ferramenta bastante utilizada no processo de ensino, alguns apresentam erros significativos para o processo de aprendizagem. Neste sentido, cabe ao professor, primeiro: analisar quais seriam estes erros, e, segundo: buscar estratégias para trabalhar os “enfoques em sala de aula, de forma crítica e capaz de possibilitar a superação dos limites e lacunas presentes nesses textos”.

Conforme diz Marli Oliveira (2009), é preciso estudar a história da África a partir de outros parâmetros e critérios além da escravidão. Mudança que deve ocorrer não apenas nas universidades, mas também nos livros didáticos, principal ferramenta dos professores em sala de aula.

A importância que o livro didático exerce no processo de ensino e aprendizagem revela a necessidade de, não só introduzir, mas ampliar este tema nos currículos escolares. Desde muito tempo ele tem sido a única ferramenta de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas aulas em praticamente todas as disciplinas e nas mais diversas condições pedagógicas.

Ao analisar livros didáticos voltados ao Ensino Fundamental (antiga 6ª série, atual 7º ano), entre eles: VICENTINO, Cláudio. *Projeto Radix: História*. São Paulo: Scipione (2005), especificamente a partir das temáticas relacionadas à África e seus habitantes, Oliveira pôde constatar diversas mudanças e permanências:

De um lado, ainda muitas permanências – legados de um passado que não se quer romper – e, de outro, várias mudanças fundamentais, que nos permitem vislumbrar, ao longe, alguma esperança quanto ao tratamento dado às questões raciais no Brasil. Do lado da permanência encontram-se os estereótipos, os preconceitos, a inferioridade em relação aos brancos com um caráter estritamente etnocêntrico sobre o processo histórico. Ao lado das mudanças, percebemos tentativas de crescente reconhecimento da identidade e dos valores históricos e culturais dos negros no Brasil. (OLIVEIRA, 2009, p.106)

Mas diante das observações feitas pelos diferentes autores sobre o conteúdo de história da África nos livros didáticos, e considerando que, tanto Anderson Oliva (2003) quanto Marli

Oliveira (2009) analisaram manuais que foram publicados na década passada, uma pergunta se fez presente: como o continente africano em suas múltiplas culturas, seja as atuais ou as dos seus antepassados, seria representado atualmente? Teria havido mais mudanças que permanências em relação às críticas apontadas pelos autores?

Para responder a esta questão, escolhemos para análise um livro didático publicado em uma data mais recente, do autor: Alfredo Boulos Junior, da editora FTD S.A., publicado em 2013, com o título: *História, Sociedade e Cidadania*, produzido para o 1º ano do Ensino Médio. Está dividido em dezessete capítulos, distribuídos em quatro unidades, num total de 288 páginas.

Em relação ao contexto e temporalidade, os capítulos estão distribuídos entre a pré-história e a Idade Média europeia. A primeira unidade, compreendendo o primeiro e segundo capítulo, dedica-se a apresentar alguns conceitos, como: tempo, história, cultura, técnica, tecnologias e vida e aprendizado social, bem como as primeiras aventuras humanas na pré-história, períodos Paleolítico e Neolítico.

A segunda unidade, compreendendo os capítulos de 04 a 06, é dedicada a civilizações orientais: Mesopotâmia, África antiga: Egito e Núbia, Hebreus, fenícios e persas, e China antiga. Importante destacar que, diferente de outros livros didáticos, especialmente aqueles anteriores à Lei 10639/03, neste o autor faz questão de enfatizar o continente africano enquanto localização do Egito e Núbia antigos. Consideramos esta atitude fundamental, pois da forma como estas duas civilizações eram apresentadas em outros livros, acabava-se passando muitas vezes despercebido o fato de ambas serem localizadas na África. Para os alunos, era quase como se não fizessem parte daquele continente.

²Para saber sobre os Griots, ver: HERNANDEZ, Leila L. **Á África na sala de aula: visita à história contemporânea.** (2008, p.16).

resumir todo um continente a uma cor (negros) e não à culturas; segundo: a homogeneização dessas mesmas culturas, transformando a multiplicidade em unidade. Dizem os autores:

“Africano” nos sugere, a princípio, uma ideia de unidade e um padrão próprio dos habitantes do território identificado como África; mas o que nos interessa é a diversidade que se esconde por trás dessa aparente mesmice. Se podemos tratar a todos sob um mesmo rótulo (africanos), certamente a diversidade dos modos de vida e cultura não pode, nem deve, ser desconsiderada. A denominação não pode ofuscar diferenças substantivas. (LOPES & ARNAUT, 2008, p.17)

Dando sequência ao capítulo 16, específico sobre o continente africano, Boulos busca apresentar a forma política da formação dos seus diferentes povos, bem como a organização de suas culturas, seus reinos e impérios. As páginas são ilustradas com mapas (com legendas explicativas), figuras representativas dos reinos, cidades e cortes dos reinos do Congo, Mali e Gana, bem como os grupos linguísticos de origens bantos. Também destaca as possibilidades em relação às fontes documentais ao se analisar as histórias africanas. Há ainda dicas de filmes, vídeos diversos, músicas e *sites*, para aprofundamento do tema. Além disso, o cotidiano das pessoas é representado por diversas imagens fotográficas, acrescidas de legendas.



Fonte: BOULOS (2013, p.258)

Na figura acima vemos a representação de uma dupla de *griots*, citados no corpo do texto. No entanto, nem todas as imagens fotográficas mostrando o cotidiano na atualidade há

uma preocupação do autor em deixar claro ao leitor que aquelas culturas ali apresentadas não podem ser vistas como reproduções exatas daquelas citadas no texto. Especialmente quando relacionadas aos reinos do Congo, Mali e outros. Sendo assim, num primeiro momento, ao folhear as páginas, corre-se o risco de o aluno interpretar que os povos ali representados nos textos e imagens são os mesmos, com práticas absolutamente iguais aos de seus ancestrais. Ou seja, como se eles continuassem “presos” culturalmente no tempo seus antepassados.

Neste caso, cabe ao professor enfatizar aos alunos que aquelas pessoas, ou os cenários ilustrados, assim como ocorre com qualquer outro povo, de origem europeia, asiática ou americana, sofreram e sofrem mudanças e permanências, trocas e hibridizações culturais; e que, mesmo com sua vida “simples”, não devem ser interpretados como “atrasados” em relação às civilizações de origem europeia.



Fonte: BOULOS (2013, p.262)

Nesta figura, vemos mulheres e crianças numa rotina de trabalho, pilando milho para fazer farinha. O que chama atenção é que, assim como citado anteriormente, diferente do que ocorre na página onde faz referência aos *griots*, neste caso acima não há relação entre a imagem e o texto. Também aqui sugere a ideia de que aquelas mulheres e meninas em seus afazeres estariam representando uma prática exatamente igual ao que ocorreria no antigo reino do Mali, dando-nos a impressão de que seria um povo “parado no tempo”.

Segundo Circe Bittencourt (2012, p.75), as imagens dentro de textos, principalmente os didáticos, são fundamentais para a apresentação do conteúdo. Elas possibilitam a compreensão do conteúdo, possibilitando ao aluno visualizar as personagens e o cenário onde estão inseridas. Não menos importante, diz a autora, são as “vinhetas ou legendas explicativas colocadas abaixo de cada ilustração, pois elas indicam o que o aluno deveria observar e reforçar a deia contida no texto”.

As imagens, segundo Anderson Oliva (2003) citado por Marli Oliveira (2009, p.113), além de contribuírem para o processo de ensino-aprendizagem em História também possibilitam aos alunos visualizarem os indivíduos ou grupos sociais que convivem com eles. Aqui é relevante salientar o olhar do leitor sobre a imagem. Novamente está presente a importância do professor em direcionar a análise.

Um olhar criterioso sobre as figuras ajuda a desconstruir estereótipos, principalmente quanto ao questionamento da naturalização das imagens sobre o negro percebendo a gama de possibilidades de se observar uma imagem em livros didáticos.

O capítulo inteiro é bastante ilustrado (mapas e figuras coloridos). No tocante ao conteúdo do texto, está dividido em vários subtítulos, como: *Economia e Política; Economia e Sociedade*. Todos de forma rápida, sem se aprofundar no conteúdo ou, no caso das imagens fotográficas, quase sem relacioná-las ao contexto. Apenas nos casos em que são apresentadas figuras representando estátuas, máscaras; ou ainda, desenhos ilustrativos das cortes do imperador do Mali e do reino do Congo, é que o autor se preocupa em associar texto e imagem.

O capítulo tem apenas 11 páginas, num total de 288 em todo o livro. De um total de 17 capítulos, 8 são dedicados ao continente europeu, 5 ao continente asiático (China e Oriente Médio) e apenas dois ao continente africano. Isso nos faz refletir que, mesmo depois de 14 anos da criação da Lei 10639/03, podemos perceber que ainda há predomínio europeu nos conteúdos.

Sendo assim, por mais que a África “negra” tenha sido inserida nos livros didáticos, desde a Lei 10639/03, por mais que se proponha apresentar aquele continente (para além do já tradicional Egito) com outra ótica, superando as velhas versões distorcidas e pejorativas, ainda é insuficiente. Afinal, diante dos conteúdos relacionados ao continente europeu e americano, permanece muito pouco, tendo em vista o grande silêncio que prevaleceu durante

tanto tempo nos livros didáticos em relação aos conteúdos sobre a África e as inúmeras culturas dos povos negros daquele continente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu objetivo neste trabalho foi discutir e repensar os conteúdos dos livros didáticos de História relacionados à história da África, após a promulgação da Lei 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e afro-brasileira na Educação Básica. Minha preocupação foi, principalmente, seguir as perspectivas da Lei quanto à veiculação de livros didáticos que abordem a história da África, especialmente a dos povos de cor negra em suas tradições, sua pluralidade cultural e, por consequência, a diversidade étnico-racial brasileira. A introdução deste tema nas escolas é importante, pois busca corrigir as distorções quanto a tratamentos preconceituosos e visões estereotipadas sobre a história, a cultura e a identidade dos negros africanos e brasileiros.

Mesmo com a promulgação da lei, o livro didático ainda tem se apresentado bem resumido em relação ao continente africano e seus povos, especialmente se comparado aos conteúdos relacionados à Europa. Ainda há poucos capítulos no livro sobre a África, e por mais que algumas questões tenham mudado, ainda há muito ainda para mudar.

Quanto ao livro didático escolhido para análise, de Alfredo Boulos, considerou-se um bom material de estudo, se comparado ao que era publicado em outros livros anos atrás. Mas a história da África, em comparação aos temas relacionados à Europa, ainda se mantém em segundo plano. Pela imensidão do continente africano, pelo amplo silêncio que se manteve sobre a sua imensa diversidade e seus povos durante tanto tempo, muito pouco é ali descrito e representado. Como diz Anderson Oliva:

Acredito que, percorrido esse breve caminho sobre a abordagem da História da África em nossos bancos escolares, temos ainda não respondida a questão que introduz o artigo — “o que sabemos sobre a África?”. — Talvez demore mais algum tempo para que possamos — professores e alunos — fazê-lo com desenvoltura. Porém, fica evidente que ensinar a História da África, mesmo não sendo uma tarefa tão simples, é algo imperioso, urgente. As limitações transcendem — ao mesmo tempo em que se relacionam — os preconceitos existentes na sociedade brasileira, e se refletem, de um certo modo, no descaso da Academia, no despreparo de professores e na desatenção de editoras pelo tema. Por isso, não sei se aquela pergunta ainda uma tem resposta aceitável. (OLIVA, 2003, p.455)

Enfim, este Trabalho de Conclusão de Curso serviu-me para perceber que ainda estamos um pouco longe de termos um digno ensino de história da África e dos afrodescendentes. Afinal, os conteúdos reproduzidos, além de reduzidos, somam-se ao ainda

ao pouco preparo daqueles que fazem parte do âmbito escola, ou seja, os professores que ainda pouco tiveram contato com o tema a ser ensinado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNAUT, Ana Mónica Lopes Luiz . **História da África uma Introdução**: Belo Horizonte-MG: Editora Crisálida, 2008.
- BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: _____(org.). **O Saber Histórico na Sala de AULA**. SÃO Paulo: Contexto, 2012. p.69-90.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História sociedade & cidadania, 1º ano. 1ª ed. São Paulo: FTD, 2013.
- CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. (2004). **O Ensino, a História e a Lei 10.639**. História & Ensino, Londrina, v.10, p.41-52, out. 2004. Disponível em: <<file:///C:/Users/Luciana/Downloads/11963-46433-1-PB.pdf>> Acesso em dez/2016.
- HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: Visita á História Contemporânea: São Paulo. Editora, 2008.
- GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da História**: livro didático no Brasil (1970-1990). Bauru, SP: Edusc, 2004.
- GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje**: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004. (Coleção Viver Aprender).
- RIBEIRO, Renilson R. Livros Didáticos de História: trajetórias em movimento. In: JESUS, Nauk Maria de; CERESER, Osvaldo Mariotto. RIBEIRO, Renilson R. (Org.). **Ensino de História: Trajetória e Movimento**. Cáceres : Editora Unemat, 2007. p.41-53.

ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES

- ANDRADE, Raquel de S.; DA SILVA, Tarcia P.; DE MELO, Margareth M. **O livro didático de história nos anos iniciais do ensino fundamental e a temática afro-brasileira**. Anais. IV Fórum Internacional de Pedagogia. Campina Grande: Realize Editora, 2012. Disp. em <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/23ce1851341ec1fa9e0c259de10bf87c.pdf>> Acesso em dez/2016.
- BATISTA, Amanda Penalva. **uma análise da relação professor e o livro didático**. Salvador 2011, 65f. TCC (Curso de Pedagogia). Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação, Curso de Pedagogia. Salvador, 2011.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. **Diretrizes curriculares para o ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena: Implementação e impactos na formação, saberes e práticas de professores de História iniciantes** (Mato Grosso, Brasil). 2015.327f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação, Uberlândia, 2015.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática.** Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, N. 3, 2003.

OLIVEIRA, Marli Solange. **A representação dos negros em livros didáticos de história: Mudanças e permanências após a promulgação da Lei 10.639/03.** 2009, 145p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2009.

DOS SANTOS, Augusto Sales. *A Lei n. 10.639/2003 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro.* In: PINTO, Ana Flávia M. et.all (Coord.Editorial). MEC/BID/UNESCO. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.21-37. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000376.pdf> > Acesso 26 Nov. 2016.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL, Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Presidência da República. Casa Civil. Suchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso em 20/10/2016.

_____. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,** Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>> Acesso em: 20/10/2016.